

Ano 11, Vol XXII, Número 2, jul-dez, 2018, Pág. 30-46.

ENTRE SONHOS, DESEJOS E INCERTEZAS: CARTOGRAFIA DE ENCONTROS COM JOVENS RURAIS

Vanessa de Souza
Irme Salete Bonamigo
Olivia Tenutti de Oliveira Rossoni

RESUMO: O presente estudo analisou a compreensão dos jovens rurais, filhos de agricultores familiares, residentes no oeste catarinense sobre a decisão e as estratégias para permanecer no campo e/ou migrar para centros urbanos. Buscou contribuir com a reflexão sobre os dilemas da juventude rural, sua relação com o território, com a comunidade onde vive e com as políticas públicas. Participaram deste estudo nove jovens, com idades entre 19 e 25 anos, filhos/as de agricultores familiares, residentes em duas cidades do oeste de Santa Catarina; utilizou-se a cartografia como método de pesquisa-intervenção, tendo como instrumentos e técnica entrevista, pesquisa documental, levantamento de dados estatísticos, observação com registro em diário de campo e análise das implicações. Identificou-se que os rapazes demonstraram maior interesse em permanecer na atividade agrícola do que as mulheres, e que questões financeiras também influenciam na saída ou permanência do jovem no campo. Concluiu-se que tanto os projetos de vida dos jovens pesquisados quanto as estratégias familiares indicam a busca por melhores condições de vida fora da agricultura. Além disso, as políticas públicas também se mostraram importantes dispositivos para manter os jovens em atividades rurais, mesmo que grande parte dos entrevistados não tenha conhecimento das políticas públicas específicas para a juventude rural. Considera-se que a análise dos processos de subjetivação implicados na permanência no campo ou migração para centros urbanos também configura uma contribuição da psicologia nesse espaço e um modo de envolvimento com o contexto das ruralidades.

Palavras-chave: jovens rurais; migração; permanência no campo; agricultura familiar.

ENTRE SUEÑOS, DESEOS E INCERTIDUMBRES: CARTOGRAFÍA DE ENCUENTROS COM JÓVENES RURALES

RESUMEN: El presente estudio analizó la comprensión de los jóvenes rurales, hijos de agricultores familiares, residentes en el oeste catarinense sobre la decisión y las estrategias para permanecer en el campo y / o migrar a centros urbanos. Buscó contribuir con la reflexión sobre los dilemas de la juventud rural, su relación con el territorio, con la comunidad donde vive y con las políticas públicas. Participaron de este estudio nueve jóvenes, con edades entre 19 y 25 años, hijos / as de agricultores familiares, residentes en dos ciudades del oeste de lá Santa Catarina; se utilizó la cartografía como método de investigación-intervención, teniendo como instrumentos y técnicas entrevista, investigación documental, levantamiento de datos estadísticos, observación con registro en diario de campo y análisis de las implicaciones. Se identificó que los muchachos demostraron mayor interés en permanecer en la actividad agrícola que las mujeres, y que cuestiones financieras también influyen en la salida o la permanencia del joven en el campo. Se concluye que tanto los proyectos de vida de los jóvenes encuestados como las estrategias familiares indican la búsqueda de mejores condiciones de vida fuera de la agricultura. Además, las políticas públicas también se

mostraron importantes dispositivos para mantener a los jóvenes en actividades rurales, aunque gran parte de los entrevistados no conocen las políticas públicas específicas para la juventud rural. Se considera que el análisis de los procesos de subjetivación implicados en la permanencia en el campo o migración hacia centros urbanos también configura una contribución de la psicología en ese espacio y un camino de participación con el contexto de las ruralidades.

Palabras clave: jóvenes rurales; la migración; permanencia en el campo; Agricultura familiar.

AMONG DREAMS, DESIRES AND UNCERTAINTIES: CARTOGRAPHY OF ENCOUNTERS WITH RURAL YOUNGSTERS

ABSTRACT: The present study has analyzed the understanding of rural youngsters, children of family farmers, living in the West of Santa Catarina, on the decision and strategies to stay in the rural area and / or migrate to urban centers. This paper sought to contribute to the reflection on the dilemmas of rural youngsters, their relationship with the territory, the community where they live and public policies. Nine young men and women, aged between 19 and 25 years and children of family farmers living in two cities in the West of Santa Catarina were surveyed, and cartography was used as a research intervention method using the following as instruments and techniques: interviewing, documenting research, statistical data collection, observation kept in field journals and analysis of its implications. It was identified that the young men showed greater interest in remaining in the agricultural activity than the women, and it was possible to identify that financial issues also influence the exit or permanence of the youngsters. It is concluded that both the life projects of the young people surveyed and the family strategies indicate the search for better living conditions outside agriculture. In addition, public policies have also proved to be important to keep young people engaged in rural activities, even though most of the respondents surveyed are not aware of specific public policies for rural youth. It is considered that the analysis of the processes of subjectivation implied in the permanence in the countryside or in the migration to urban centers also is a contribution of psychology in this space and a way of being involved with the context of the ruralities.

Key words: rural youngsters; migration; permanence in the countryside; family farming.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo está vinculado ao projeto intitulado Cartografia de Subjetividades de Jovens Rurais, realizado durante a graduação em Psicologia na Universidade Comunitária da Região de Chapecó e financiado com recurso do Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (PIBIC/FAPE).

O Brasil vivenciou no período entre 1960 e 1980 um grande êxodo rural: aproximadamente 27 milhões de pessoas deixaram o campo e migraram para centros urbanos. Em um primeiro momento, nesse êxodo rural, a maior incidência se deu entre os homens, que saíram em busca de trabalho. Existe, inclusive, uma especificação relativa à idade da população que migrou: na década de 1960, a incidência maior ocorria entre as faixas etárias de 40 a 49 anos; em consonância com o decorrer dos anos, essa faixa etária foi diminuindo e nos anos de 1990 chegou a ser entre 15 e 19 anos, com expressivo fluxo migratório das mulheres (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1998).

Nessa leitura, o esvaziamento na área rural dá ênfase para os indivíduos mais jovens, que saíram em busca de melhores condições de vida e novas oportunidades de trabalho. Ademais, a diminuição das famílias e o alto índice dessa migração, que tem crescido ainda mais nas últimas décadas, trazem muitas mudanças para a região oeste catarinense ABRAMOVAY; CAMARANO, 1998).

Uma das discussões principais nesta pesquisa é a migração dos jovens para outras localidades; de acordo com Dorigon e Renk (2014), tal fenômeno social é visto como uma perda da população jovem, na maioria das vezes, a mais qualificada. Lutar pela permanência ou até mesmo pelo retorno desses jovens pode desempenhar um papel importante à medida que se criem alternativas econômicas que garantam a sobrevivência da agricultura familiar e das próprias comunidades rurais.

Na região oeste catarinense, cenário da pesquisa que fundamentou este artigo, a agricultura familiar é evidenciada nas formas de sociabilidade, nas relações de parentesco e na dinâmica do grupo familiar. Sua importância para a região, especialmente para as cidades evidenciadas nesta pesquisa, se destaca como base do desenvolvimento local e tem um papel fundamental no desenvolvimento da região, sendo alicerçada não só na força de trabalho mas também nos meios de produção.

Nesse sentido, a agricultura familiar é definida através da Lei 11.326/2006, a qual considera “agricultor familiar” o indivíduo que realiza suas atividades no meio rural; que não possui, a qualquer título, uma área superior a quatro módulos fiscais; que utiliza de maneira predominante a mão de obra familiar; que obtém sua renda por meio das atividades econômicas desenvolvidas na propriedade; e que é gestor do seu empreendimento ou estabelecimento juntamente com sua família (BRASIL, 2006).

As relações sociais que se constroem no presente são movidas pelas tradições familiares, as quais orientam as alternativas possíveis para o futuro das gerações e a reprodução do estabelecimento familiar. Essas dinâmicas se interligam e, através delas, emerge um ator social multifacetário que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural: o jovem rural (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

Baseado nessas premissas, o artigo propõe-se a analisar como os jovens rurais de municípios do oeste catarinense compreendem as decisões e as estratégias para permanecer no campo ou migrar para centros urbanos. Para compor esse processo, propusemo-nos a verificar projetos e perspectivas de jovens para o futuro; examinar a relação entre trabalho, educação e permanência no campo; identificar as compreensões dos jovens sobre as relações familiares e suas contribuições para a permanência ou não no campo; relacionar os modos como as transformações no campo contribuem para a intensificação do êxodo rural dos jovens, a partir do entendimento dos próprios jovens; identificar as relações estabelecidas pelos jovens entre políticas públicas e permanência no campo.

Assim, a importância deste estudo perpassa a incerteza relacionada à seguinte questão: qual será o futuro da agricultura familiar e das regiões onde vivem, tendo em vista que nem todo filho de agricultor será agricultor?

Cabe esclarecer que não abordamos o mundo rural separado do mundo urbano, como se fossem esferas e conexões diferentes, nem ao menos tratamos como um estigma inferior/superior, atrasado/progresso. Dessa forma, quando citados neste trabalho, os termos “rural” e “urbano” estarão se referindo a espaços locais geográficos, cada qual com suas particularidades, mas em relação.

O uso do termo “agricultura familiar” neste estudo está ligado ao conceito que abrange características essenciais para entender os sujeitos aos quais estamos nos referindo, e possibilita compreender a diversidade existente dentro desse universo social e demográfico.

Ao debater sobre o rural, deve-se levar em consideração os diferentes espaços rurais e as diferentes ruralidades que compõem esse cenário, pois são produção decorrente dos modos como esses espaços são ocupados, explorados e vivenciados pelos atores que ali construíram suas vidas e suas relações (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012).

A atuação dos/as psicólogos/as com o mundo rural é uma prática ainda pouco conhecida e ainda com poucas referências técnicas; trata-se de um campo desafiador para a profissão, portanto, demanda muitos debates para construir norteadores profissionais, apesar de já existirem algumas iniciativas presentes na literatura (LEITE; DIMENSTEIN, 2013).

A psicologia ainda precisa apostar na formação generalista do psicólogo, pois a atuação no meio rural tem uma natureza bastante heterogênea – exige assim tal formação.

O cotidiano de vida das pessoas dota-se de uma heterogeneidade e intensidade que permite uma variedade de interlocuções com tal riqueza. [...] Desdobramentos podem surgir e o convívio com as comunidades pode suscitar inúmeras ideias de aproximação e de diálogo com o saber e o fazer psicológico. Para tanto, não podemos perder de vista a proposição de que esse saber e fazer não estão desarticulados de concepções políticas que podem estancar ou potencializar a emancipação dos atores envolvidos (LEITE; DIMENSTEIN, 2013, p. 50).

Sendo assim, os contextos rurais constituem um novo campo de atuação na psicologia, que passa a requerer novas formas de trabalho e o conhecimento de novas questões e dinâmicas sociais, culturais e políticas, dentre outras, que estão presentes nesse campo. Ora, são muitos os desafios que se colocam nessa realidade; por conseguinte, a magnitude desse campo de atuação deixa transparecer que pouco se sabe sobre o fazer da psicologia em relação a essas populações rurais. Dessa forma, este artigo vislumbra conhecer e produzir subsídios que possam contribuir para esse campo de trabalho.

2 MÉTODO

Este estudo utiliza a cartografia como método de pesquisa-intervenção, conforme proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari, utilizada em pesquisas que se desafiam a “[...] desenvolver práticas de acompanhamento de processos inventivos e de produção de subjetividades” (BARROS; KASTRUP, 2010, p. 56).

Ao falar sobre a pesquisa na cartografia, um conceito fundamental do processo em questão é o referente à análise das implicações. De forma transversal, a pesquisa não se separa da intervenção, e a implicação está constantemente ocupando um lugar de destaque neste trabalho. Dessa forma, a análise das implicações traz consigo a análise dos sentimentos, percepções, ações e acontecimentos da pesquisa. (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008).

A pesquisa cartográfica também precisa ser acompanhada pelo registro daquilo que é visto, percebido e pesquisado, pois inclui tanto os pesquisadores quanto os

pesquisados. Dessa forma, esse modo de registrar a experiência é designado diário de campo, sendo elemento importante para os resultados da pesquisa (BARROS; PASSOS, 2010).

A colheita dos dados a ser apresentada foi obtida mediante a utilização de entrevistas que seguiram um roteiro flexível; para a realização desta pesquisa, foram utilizados dois roteiros de entrevistas, cujas perguntas abordavam questões diferentes para os participantes da pesquisa, levando em consideração a permanência ou saída do campo. Utilizou-se também pesquisa documental, por meio do levantamento de informações em banco de dados estatísticos, observação com registro em diário de campo e posterior análise das implicações.

A pesquisa documental visou contextualizar as informações produzidas nas entrevistas, contando com análise de políticas públicas acerca dos temas juventude rural e agricultura familiar e das possíveis contribuições que a psicologia pode oferecer ao fenômeno estudado. Foram utilizadas ainda as fontes documentais estatísticas, como os dados e informações disponibilizados pelo IBGE (2000, 2010) a respeito da população abrangente, bem como o número de jovens nas duas cidades da pesquisa; esses dados possibilitaram relações com as outras informações cartografadas.

2.1 Participantes

Participaram dessa pesquisa nove jovens, filhos de agricultores familiares, com idades entre 19 e 25 anos. Foram entrevistados dois grupos de jovens: aqueles que permaneceram no campo (cinco jovens), e os que não permaneceram (quatro jovens).

Os jovens entrevistados residem em duas localidades diferentes: quatro jovens foram entrevistados em São Lourenço do Oeste (SC), onde a entrevista foi direcionada para dois jovens que saíram do campo e estão morando em centros urbanos e dois jovens que permanecem no campo; os outros cinco jovens foram entrevistados no município de Jupiá (SC), sendo as entrevistas direcionadas também para dois jovens que saíram do campo e estão morando em centros urbanos e três jovens que permanecem no campo.

Isto posto, cabe esclarecer que as cidades foram escolhidas pelo fato de as pesquisadoras residirem nesses locais. Dessa forma, uma das implicações presentes, desde a elaboração do tema para a pesquisa, é o fato de as pesquisadoras serem filhas de agricultores familiares, e terem enfrentado dificuldades semelhantes às abordadas pelo tema do estudo. Ao viver essa realidade, integramos os dilemas da grande maioria da juventude rural: “ficar” ou “sair” da propriedade rural, o que suscitou o desejo de aprofundar o conhecimento acerca das perspectivas e dilemas desses jovens.

Para a seleção dos participantes, foi utilizada a técnica bola de neve. Conforme Baldim e Munhoz (2011), essa técnica é utilizada em pesquisas sociais não probabilísticas, nas quais os participantes iniciais da pesquisa indicam novos participantes, até ser alcançado o que se pretende. Cabe ressaltar que, como a pesquisa abrange duas cidades, optou-se por iniciar duas bolas de neve, uma para cada cidade em questão. A maioria dos contatos foi por ligação telefônica, mas, devido à dificuldade de estabelecer contato com dois jovens que residem no meio rural, o contato foi realizado pelo WhatsApp e por intermédio do Facebook.

Ao analisar os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos 2000 e 2010, sobre os jovens rurais com idades entre 15 e 29¹ anos, nota-se uma significativa alteração demográfica dessa população nos dois municípios do oeste de Santa Catarina, conforme se pode observar na tabela abaixo.

Tabela I – Quantidade de jovens homens e mulheres entre 15 e 29 anos no meio rural e urbano em São Lourenço do Oeste e Jupiá (SC), 2000 / 2010.

CIDADE	ÁREA	GÊNERO	CENSO	CENSO
			2000	2010
JUPIÁ (SC)	Rural	Homens	207	114
		Mulheres	202	82
	Urbana	Homens	88	138
		Mulheres	77	144
SÃO LOURENÇO DO OESTE (SC)	Rural	Homens	679	554
		Mulheres	639	427
	Urbana	Homens	1858	2278
		Mulheres	1911	2501

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO (2000,/2010), elaborado pelas autoras.

Através da leitura dos dados estatísticos, pode-se constatar que a população jovem, tanto de homens como de mulheres, cresceu nos centros urbanos das duas localidades; em contrapartida, na área rural, aconteceu uma significativa diminuição dos jovens.

Vale ressaltar que os dados obtidos nas entrevistas relacionam-se com outros estudos que tratam do êxodo rural dos jovens. Nesse sentido, as referências relativas aos temas aqui abordados estão baseadas em alguns autores com produção teórica do tema. As pesquisas já desenvolvidas – entre elas as de Brumer (2007), Carneiro; Castro (2007), Castro (2005), Dalcin; Troian (2009), e Weisheimer (2009) – apontam distintos motivos que levam os jovens filhos de agricultores familiares a permanecer ou não no meio rural: condições econômicas e produtivas, relações familiares, educação, emprego, entre outros. Da mesma forma, as discussões presentes neste artigo não pretendem lançar uma explicação para o fenômeno da migração do jovem agricultor familiar para a cidade, mas buscam indicativos que possam auxiliar na compreensão dessa temática. Além disso, pode-se dizer que esta pesquisa marca um passo inicial em estudos na área da psicologia em relação ao meio rural nos municípios estudados, situados na região oeste de Santa Catarina.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao abordar a categoria jovem rural e discorrer sobre os dilemas que esse público enfrenta quando a alternativa é ficar no campo ou migrar para centros urbanos, faz-se necessário entender os modos de subjetivação desses jovens, e o que eles compreendem quanto a essa “escolha”. Partindo disso, Mansano (2009) enfatiza que os modos de

¹ Para delimitar os indivíduos aqui considerados jovens rurais, adotou-se o conceito de “faixa etária”, considerando o período que vai dos 15 aos 29 anos, segundo o Estatuto da Juventude. Destaca-se que, na discussão dos resultados, com intuito de preservar as identidades dos jovens pesquisados, preferiu-se utilizar na forma de citação algumas falas captadas durante a entrevista com o auxílio do gravador. Essas citações estão expressas na forma “Jovem, n°, Cidade que reside” (a sigla SLO representa a abreviatura da cidade de São Lourenço do Oeste).

subjetivação influenciam nos modos de vida e na forma como as relações sociais se estabelecem. Portanto, para a autora, a subjetividade não é uma posse, mas uma construção diária e instantânea ao encontro com o outro, sendo a subjetividade, os modos de subjetivação e o sujeito construções não estáticas.

É importante ressaltar que na juventude rural existe uma multiplicidade de formas de viver e de socialização; assim, não se forma uma categoria homogênea, linear: são jovens com distintos modos de vida, com sonhos, realidades diferentes; jovens que buscam liberdade, independência; que permanecem em suas raízes, ou que percorrem caminhos diferentes, embora partilhem muitas situações em comum.

Ao colher os dados, notamos particularidades que são referentes às prioridades que cada jovem apresenta; particularidades que também serão delimitadas no decorrer deste trabalho. Isto posto, é possível perceber que permanecer no campo ou migrar para a cidade é um dilema na vida dos jovens aqui pesquisados e também para todo o contexto rural, pois coloca em risco a continuação da agricultura familiar, vista como um modo de vida distinto e legítimo.

À medida que estabelecemos um diálogo com dois dos quatro jovens que saíram do campo, com facilidade percebemos seu forte desejo de migração para a cidade. O depoimento da Jovem 2SLO³ deixa claro o motivo da sua saída: “Eu sempre quis sair de lá, não gostava do campo, por mais que seja assim um lugar calmo, um lugar que te deixa assim menos estressado, mas eu não gostava de lá.” Em contrapartida, os outros jovens ainda nutrem um sentimento de pertencimento ao campo.

Assim, é importante salientar que quatro dos cinco jovens que permanecem no campo manifestaram o desejo de continuarem as atividades praticadas pelas suas famílias. Nota-se que, apesar das tendências migratórias ainda existentes na região em que foi desenvolvida a pesquisa, alguns jovens desejam se estabelecer no seu local de origem e construir seus projetos de vida voltados para essa realidade. O desejo de permanecer é fortemente manifestado na fala do Jovem 7Jupia: “[...] pra mim eu não gostaria de sair da roça e aqui é meu lugar e é aqui que vou ficar, não tem.”

No decorrer das entrevistas, alguns participantes também fizeram um breve levantamento de quantos jovens, das suas respectivas comunidades de origem, que permanecem no campo – o número é sempre baixo –, e os que saíram continuam seus estudos, trabalham, casaram-se e mudaram-se para centros urbanos, como é possível observar na fala da Jovem 9Jupia: “[...] as comunidade estão se terminando porque [...] os jovens não estão mais querendo ficar no interior. O serviço na roça é mais pesado e o retorno financeiro é mais difícil [...] então os jovens não querem mais ficar.”

De forma transversal, muitas vezes a migração é vista como uma solução, não como um problema mas uma escolha, talvez a melhor, entre as alternativas possíveis. Porém, a própria agricultura pode ser uma escolha diante de outras possibilidades. (SPANEVELLO, LAGO, CHRISTOFARI, ANDREATTA, 2014).

Em acréscimo, Brumer (2004) enfatiza que a permanência dos jovens na agricultura familiar está ligada aos seguintes fatores: a) viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de renda adequada aos jovens; b) qualificação para a inserção no mercado competitivo; c) oportunidades e estratégias de obtenção de renda complementar à atividade agrícola; d) as relações que se estabelecem entre pais e filhos, e no interior das famílias; e) as relações de gênero, existindo maiores ou menores oportunidades para as mulheres; f) a escolha profissional e da valorização da profissão de agricultor, comparativamente às demais profissões; g) apreciação da vida no campo, contrapondo-se à vida na cidade.

Em um sentido mais amplo, Chauveau (2014) afirma que o êxodo dos jovens rurais é uma realidade ainda muito forte e presente em todo o Brasil, não só na região oeste de Santa Catarina. Muitos desses jovens vão embora das suas localidades para trabalhar ou estudar e, na maioria das vezes, não retornam para suas comunidades, para a vida rural. O autor supracitado ainda problematiza: “Por que teriam que escolher sair quando boas iniciativas ou políticas públicas eficientes poderiam dar a esses jovens – que merecem toda a atenção para quem se preocupa com o futuro dos campos brasileiros – o ‘melhor dos dois mundos’?” (p. 102). Podemos relacionar a afirmação de Chauveau (2014) com os comentários tecidos pela Jovem 1SLO: “Então, eu acho que vai precisar de muito incentivo [...] eu conheço muita gente que tem a intenção de voltar, mas a maior dificuldade e empecilho continua sendo a questão financeira.”

Pode-se perceber que a migração desses jovens aparece como símbolo e expressão de (re)definições e questionamento sobre o espaço rural e a agricultura familiar. (STROPASOLAS, 2002). Diante de tal contexto, para se compreender a realidade dos jovens agricultores familiares, é necessário também entender a relação e o sentido que atribuem ao trabalho, compreendendo como as mudanças internas e externas no contexto rural se conectam à medida que o trabalho pode implicar a recusa ou a permanência dos jovens na área rural.

Partindo dessa observação, os autores Dalcin eTroian (2009) argumentam que os jovens rurais começam a trabalhar desde muito cedo nas tarefas que conseguem realizar, como tratar os animais, e ao longo do desenvolvimento vão assumindo outras responsabilidades e atribuições mais importantes. Dessa forma, o trabalho confere uma dimensão educativa, simbólica e aparece como espaço de ação pedagógica dos pais para com os filhos.

De modo geral, as transformações que os jovens enfrentam no meio rural reafirmam o desestímulo para a continuidade da vida no campo, pois existe uma busca pela independência financeira através do trabalho remunerado, que, na maioria dos casos, não acontece quando o jovem trabalha na propriedade dos seus pais. Sendo assim, percebe-se que as principais queixas relatadas nas entrevistas são o trabalho pesado e a questão financeira não compensada. Isso pode ser observado na fala da Jovem 3Jupiá:

O interior é complicado por que não tem aquela coisa de salário fixo, hoje pode tá dando muito bem financeiramente, mas pode dar uma seca e você perder tudo. Já na cidade não, você sabe que todo mês tem o teu salário garantido.

A Jovem 3Jupiá também aponta as dificuldades econômicas dos pequenos agricultores, e ressalta a necessidade de a agricultura familiar se modernizar e investir para conseguir se manter no mercado, fator que também foi uma preocupação apontada pelo Jovem 6SLO, similarmente relatada como um desmotivador e como um aspecto determinante na decisão dos jovens que migraram para a cidade. Ainda, este jovem destaca outro fator que causa insegurança financeira nos jovens e na agricultura: a questão do clima, “[...] a gente depende bastante do tempo.”

Por conseguinte, três dos quatro jovens que saíram do campo afirmam que não gostam de trabalhar no campo, preferem a cidade por ser menos cansativo o trabalho nela. Entretanto, a desmotivação dos jovens também pode estar relacionada ao trabalho na propriedade, como citado anteriormente.

Para os jovens que permanecem no campo, a apropriação do “próprio negócio” é a motivação para continuar na propriedade rural: “Você é dono do próprio negócio.” (Jovem 6SLO). Discurso semelhante é feito pela Jovem 9Jupia: “[...] eu acho uma vida mais sossegada, porque eu não tenho que cumprir horário, eu não tenho que tá obedecendo ninguém [...]”.

Como se pode observar, ao mesmo tempo que os jovens desejam permanecer na unidade de produção familiar, sendo parte integrante da força de trabalho da família, eles acabam sendo atraídos pelas vantagens da vida nos centros urbanos, pois, na maioria das vezes, não viabilizam perspectivas de construir seu futuro dentro da propriedade familiar – vivem uma situação de ambivalência diante da incerteza quanto ao próprio futuro na agricultura familiar (WEISHEIMER, 2009).

Outro aspecto que foi relevante, refere-se a saída do jovem quando o assunto é o acesso a educação. A Jovem 1SLO e a Jovem 3Jupia ressaltam que saíram da casa dos pais muito cedo para estudar, trabalhar e buscar meios para alcançar aquilo que sonhavam para a vida adulta.

A Jovem 1SLO salienta que seu maior sonho é estudar, se formar e dar melhores condições de vida para seus pais: “[...] eles fizeram o melhor que puderam, agradeço a isso por eles até hoje, mas eu queria que meus filhos tivessem uma história diferente da minha; quero, aliás, porque eu ainda não tenho filhos.”

Em pesquisa relacionada ao tema, Carneiro (1998) aponta que os agricultores familiares conferem à educação a garantia de uma vida melhor para seus filhos, fator também ressaltado pela Jovem 3Jupia:

A mãe sempre dizia assim: vamos estudar porque a caneta é mais leve do que a enxada. Não é que toda essa questão de crise do pequeno agricultor é difícil, no interior ou você é forte ou você tem que se virar de qualquer jeito, e aí [os pais] sempre incentivando a estudar.

Por outro ângulo, a questão da escolaridade também está evidente no meio rural, pois, dos cinco jovens entrevistados que permanecem no campo, dois não têm formação superior, um está cursando faculdade e somente um jovem já concluiu seus estudos – este não consegue dar continuidade pelas dificuldades de acesso:

[...] não só eu, mas até os outros meus colegas que estudavam comigo também têm intenção de fazer, [cursos] mas é o mesmo problema que o meu: a questão da distância, tudo é longe e daí nós temos o serviço aqui, não tem como abandonar o trabalho; como você vai abandonar três, quatro dias e depois vai voltar? Não tem como. (Jovem 7Jupia).

Junto a esse processo, o Jovem 5SLO enfatiza a importância de buscar novos conhecimentos para investir na própria propriedade; o desejo e a escolha pela profissão de agricultor se baseiam na vontade de permanecer e pensar no desenvolvimento da propriedade familiar.

Constatamos que os jovens que estão estudando demonstraram o desejo de prosseguir com os estudos, procurando especializações, investindo em doutorados e mestrados em seus respectivos cursos. Dessa forma, a educação também está relacionada com o futuro, com o projeto de vida desses jovens, uma vez que buscam novas alternativas para continuar na atividade agrícola, ou a fim de construir uma vida diferente da de seus pais, uma vida diferente da que atualmente vivenciam ou vivenciaram.

De tal modo, a educação pode ser vista como um “divisor de águas” entre a vida no campo e o futuro na cidade. Neste cenário, Stropasolas (2002), Dorigon e Renk (2014) afirmam que a valorização do estudo se intensificou atualmente, e este passa a determinar uma possível alternativa de trabalho fora do espaço rural, configurando um forte estímulo na decisão dos jovens.

Como visto, os jovens percebem na educação uma forma de “melhorar de vida” ou “subir na vida”. Como assinala Siqueira (2004), os jovens atribuem grande importância à educação como estratégia de mudar suas vidas, e essa se torna uma variável essencial à medida que possibilita melhores oportunidades de emprego em centros urbanos, bons rendimentos e maior conhecimento formal. Sob essa perspectiva, Weisheimer (2009) ressalta que o conhecimento adquirido na escola possibilita aos jovens certo prestígio social, seja na família, na sociedade, até mesmo entre os amigos; dessa forma, o conhecimento escolar é visto como um capital cultural que permite mobilidade social.

Percebemos que alguns jovens buscam alternativas para não viverem o mesmo sofrimento dos pais, mas também encontramos jovens dispostos a permanecer no campo e dar continuidade à agricultura familiar. Diversas são as variáveis que podem ser consideradas e influenciam nesse processo: educação, moradia, influência da família, desvalorização da profissão, trabalho, renda mensal, acesso às políticas públicas, dentre outras.

Diante do cenário descrito até então, uma das propostas que se propõe nesta pesquisa é verificar as políticas públicas que são destinadas ao jovem rural. Dessa orma, será efetuada uma breve descrição das políticas envolvidas, algumas citadas pelos próprios entrevistados e também algumas que vão além delas.

Entre os principais programas específicos para os jovens rurais, podem ser destacados o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), com a linha específica Nossa Primeira Terra (de acesso para jovens rurais de 18 a 29 anos), e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio do “PRONAF jovem” (de 16 a 29 anos), destinado ao financiamento de investimentos para jovens agricultores e agricultoras, ambos lançados em 2004 pelo Governo Federal – podem ser considerados recentes comparativamente às outras políticas agrícolas (CASTRO; BARCELLOS, 2015).

Um dos aspectos que ajuda a entender a implementação de ações voltadas para o campo se vincula à descentralização das políticas públicas tanto para o fortalecimento da agricultura familiar quanto para o desenvolvimento da própria juventude. Prova disso é a constituição e/ou ampliação dos investimentos públicos em torno de outras políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, a Assistência Técnica e Extensão Rural, o Projovem Saberes da Terra, dentre outros (CASTRO; BARCELLOS, 2015).

No decorrer das entrevistas, perguntamos aos jovens se possuíam conhecimento das políticas públicas específicas para a juventude rural. Quando indagados a respeito, os jovens revelam que não obtiveram informação específica sobre o assunto: “[...] não, não tenho [...] eu nunca soube disso.” (Jovem 6SLO). Em consonância, o Jovem 5SLO também aponta:

[...] para jovens, a gente não fica sabendo de nada, até eu fui no banco conversar, mas ele [funcionário] disse: nós temo o Pronaf mas eu não sei te explicar, tu traz o que tu quer, que daí eu vejo em que linha você se encaixa, mas assim... deu pra ver que eles não sabem.

A Jovem 3Jupiá nunca teve acesso a nenhuma política pública específica para os jovens, nem ao menos sabe como funciona, e ainda ressalta que muitos jovens não têm conhecimento sobre essas políticas:

[...] é que o pessoal não sabe mesmo, eu já ouvi falar delas, mas nunca tive acesso [...] é que ninguém sabe e se vai a algum lugar, quem é que sabe? Quem incentiva? Ninguém incentiva. Eu acho que não tem uma divulgação sobre isso, que motive os jovens a ficar no campo.”

A Jovem 2SLO e o Jovem 4Jupiá sabem o que é um política pública, mas também não têm conhecimento sobre as específicas para os jovens rurais.

Dessa forma, diante dos relatos dos jovens aqui pesquisados, pode-se perceber que o resultado encontrado é um elemento relevante para (re)pensar a definição e os meios de informação sobre as políticas públicas para o jovem rural.

Scopinho (2015) discute as possibilidades de permanência dos jovens no campo analisando as políticas públicas para a juventude, especialmente aquelas que se destinam à inserção desses jovens no mundo do trabalho, e problematiza: como inserir e manter os jovens nas suas comunidades? O autor percebe como fundamental considerar as especificidades (subjektividades) sociais e culturais dos jovens que estão no campo, porque se configuram como um grupo social construído historicamente no contexto das transformações socioculturais.

Para os jovens que saíram do campo, é possível que essas políticas não se apliquem, tendo em vista que já tomaram a decisão de deixar o campo; dessa forma, a questão que discute a migração/permanência deve ser abordada como central no desenvolvimento de novas alternativas para as políticas já existentes. Nesse sentido, também é necessário reconhecer que a cidade oferece facilidades de vida, de trabalho, renda e lazer. Assim, a alternativa para essa análise será a oferta, no campo, de melhores condições para a realização de um trabalho digno, que permita a geração de renda e possa garantir qualidade de vida no meio rural. Isso significa que as políticas públicas devem e precisam ser mais eficazes do que têm sido atualmente (LIMA, VIEIRA, CASTRO, SARMENTO, 2013).

Inclusive, sem um incentivo maior para a permanência das mulheres no meio rural, a tendência para a migração deve continuar acontecendo. Ainda, compreende-se que somente o acesso à terra é insuficiente para que esses jovens permaneçam na propriedade; sem capital para explorá-la e sem orientação adequada para gerir a propriedade, o jovem rural pouco pode fazer para mudar sua situação (LIMA et al., 2013).

Scopinho (2015) tece uma crítica à oferta de oportunidades de trabalho rural vinculadas aos programas Nossa Primeira Terra e ao Pronaf Jovem: afirma que estes são recentes e, na verdade, configuram-se como programas de concessão de crédito, sendo sua validade questionável, pois o crédito ofertado para a aquisição de terras e insumos é baixo e o acesso é burocrático. Nesse sentido, como resultado, pode-se cogitar o endividamento precoce, o que compromete futuros investimentos.

Igualmente, Kerbaui (2005) citado por Scopinho (2015) enfatiza que o Brasil não tem políticas públicas específicas para a juventude, mas sim um conjunto de programas

sociais compensatórios. Nessa conjectura, para promover ações que sejam verdadeiras políticas de juventude, é necessário incluir esses jovens e seus problemas na agenda e na pauta de discussão do governo; “[...] aos olhos do governo, a juventude continua sem protagonismo e tem sido tratada, predominantemente, como problema ou população de risco, e está ausente do processo decisório que envolve os programas [...]” (p. 104), até porque as decisões permanecem sob o controle do governo e a sociedade participa como agente secundário ou somente na condição de beneficiária. “Por este motivo eles não podem ser considerados agentes das políticas e, por conseguinte, as políticas não podem ser consideradas públicas.” (p. 104). Nesse sentido,

Devemos ter em mente que a agricultura familiar, onde quer que se encontre, está tentando descobrir e desenvolver novas respostas para situações difíceis. Portanto, a identificação de iniciativas exitosas, construídas com base em práticas inovadoras, a sua disseminação para outros lugares e outras famílias agricultoras, bem como a sua articulação em processos dinâmicos de transição devem ser temas centrais da nossa agenda. Em suma: há muito a ser feito. A boa notícia é que cada passo nesse sentido, não importa o quão pequeno, será sempre útil. (PLOEG, 2014, p. 14).

Em síntese, muitos jovens gostariam de permanecer no campo porém não têm condições para isso. Compreende-se que as políticas públicas devem vir ao encontro dessa questão, para que os jovens possam permanecer, de modo que realmente aconteça a sucessão da propriedade familiar, mas que esse jovem permaneça em boas condições, com facilidade e acesso ao crédito, com informações sobre as políticas públicas às quais tem direito.

A partir dessas colocações, a Jovem 1SLO, que saiu do campo, enfatiza: “Eu sempre digo ‘se eu tivesse oportunidade de ainda morar na roça eu voltaria, se tivesse condições hoje eu estaria lá’, porque eu me identifico muito mais com a vida rural do que com a vida urbana.”

Nossas observações demonstram como um rural habitado por jovens filhos de agricultores familiares desenvolve uma prática que desafia políticas públicas e programas de desenvolvimento rural a voltar seus olhares para esses jovens. O Jovem 6SLO deixa transparecer: “[...] eu acho um tema bem bom esse de vocês, é muito esquecido, [...] as pessoas esquecem: quem dá comida pra cidade é o campo.”

Dessa forma, é necessário discutir sobre as políticas públicas, sobre educação, mas sobretudo sobre o lazer, a inclusão produtiva, o acesso à cultura e ao esporte, para que a agricultura familiar deixe de ser apenas um espaço de produção para o agronegócio: para que seja também um espaço de vida. Por isso, é importante conhecer e discutir sobre o encontro da psicologia(as) com o rural e com suas práticas. Nesse sentido, dentre os desafios no fazer do/a psicólogo/a, talvez a construção de conhecimentos com compromisso ético e político dentro das práticas de psicologia seja o que demanda mais enfrentamentos.

Também é necessário abordar como os/as profissionais psicólogos/as vêm se aproximando dos contextos rurais. Todavia, é preciso mencionar que “[...] não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1998, p. 53). Nesse sentido, é importante que o rural componha temas nas agendas de pesquisa da psicologia, para que possamos contemplar esse tema em sua diversidade nas diferentes regiões e contextos do Brasil.

4 CONCLUSÃO

Na realização desta pesquisa, foi possível constatar que o êxodo rural dos jovens possui diversos efeitos, tanto para o campo como para a cidade que recebe esse jovem. Existe um crescente aumento da área urbana, que muitas vezes não está preparada para receber esses jovens migrantes; e o êxodo rural também tem um impacto no campo à medida que as famílias se deparam com o problema da sucessão rural dentro das suas propriedades – afinal, se os jovens deixam o campo, a agricultura familiar pode não ter continuidade.

Dessa forma, nosso intuito foi lançar inflexões para a discussão sobre a juventude rural e as políticas públicas no Brasil, potencializando múltiplos olhares sobre uma realidade complexa, permeada pela multiplicidade das subjetividades juvenis, mas também por memórias, sentimentos, histórias, projetos de vida, sonhos e diversidade de composições.

Sobre o trabalho do psicólogo, destaca-se que são muitos os desafios e as possibilidades de atuação e inserção na área rural. A psicologia deve enfatizar a necessidade de cuidar desses sujeitos e das suas subjetividades visando contribuir com a implementação e construção de políticas públicas que atendam as especificidades dessa população.

Ao abordar as possibilidades de atuação do profissional psicólogo junto ao contexto rural, ressaltamos que é necessária uma atuação conjunta com outros profissionais, portanto também é preciso que ações multidisciplinares e multiprofissionais sejam desenvolvidas levando em consideração a diversidade e complexidade presente nesse meio.

Por conseguinte, entende-se que esta pesquisa também contribuiu como fonte de informações que contribuem para se pensar em novas perspectivas na atuação da psicologia no meio rural, uma vez que se observa poucos artigos ou trabalhos voltados para essa área de atuação. Cabe ressaltar, também, que a formação acadêmica se configura um grande desafio, pois não há discussões sobre esse tema nos espaços acadêmicos, ou até mesmo estágios que envolvam a população da área rural, para que o profissional também seja capaz de trabalhar com essa população tendo em vista as demandas dos agricultores.

Ao abordar os dilemas enfrentados pelos jovens aqui pesquisados, foi possível também acompanhar e participar de seus processos de criação e composição de redes de atravessamento que transformam, que constituem o sujeito e suas escolhas e a emergência de novas possibilidades de *ser* jovem no meio rural. À vista disso, foi possível perceber a complexidade de histórias presentes, atravessadas pelos contextos sócio históricos, políticos, econômicos e culturais diferenciados; desta maneira, a subjetividade foi compreendida como um processo de produção ao qual comparecem e do qual participam muitos componentes

Enfim, quando o campo de pesquisa se torna um ponto de partida para outros olhares e invenções de realidades, há a possibilidade de se criar linhas de fuga, novos territórios existenciais. Portanto, a cartografia veio nos ajudar no processo de compreender, à medida que não pretendíamos revelar, algo que já estava nos bastidores de outras pesquisas sobre a migração dos jovens rurais. Pôde-se acompanhar as linhas de força que se configuravam no presente, vivenciar as linhas de fuga, acompanhar processos, produzir novas composições e decomposições, ritmos, velocidades, intensidades, ou seja, cartografar territórios subjetivos distintos. Por isso, de linha em

linha, tecemos uma rede que conecta estudos com o que esses jovens pensam e têm a dizer. São jovens que buscam autonomia, liberdade, que traçam seus destinos escolhendo quais caminhos percorrer – mesmo que esses caminhos nem sempre sejam os desejados, mas os possíveis.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. Manuscrito apresentado na **XXI Reunião Anual da ANPOCS**, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 1998.

BALDIM, N.; MUNHOZ, E. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). Universidade Federal do Rio Grande-FURG. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** v 27., 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em 04 nov. de 2015

BARROS, L. P.; KASTRUP V. Cartografar e acompanhar processos. In: PASSOS, E., KASTRUP, V., ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BARROS, R.B.; PASSOS E. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei 11. 326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 22 maio de 2016.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura familiar**: a situação da mulher na agricultura familiar do Rio Grande do Sul, In: Estudos feministas. Rio de Janeiro, vol.12, n.1 205-227, 2004.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: Carneiro, M. J & Castro, E.G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAMARGO, R.A.; OLIVEIRA, J.T. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Cienc. Rural**, Santa Maria v. 42, n.9, 1707-1714, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384782012000900030&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 de maio de 2016.

CARNEIRO, M. J. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro, 1998.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E.G. **Entre ficar e sair**: Uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 2005.

CASTRO, E.G.; BARCELLOS, S.B. Políticas Públicas para a Juventude Rural Brasileira. In GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

CHAUVEAU, H. O lugar do acesso (ou não-acesso) ao lazer e a cultura na relação que os jovens rurais tem com os territórios do interior catarinense. In RENK, A.; DORIGON, C. (orgs). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: Um estudo de caso. **I Seminário Nacional de Sociologia e Política**, UFPR, Curitiba, Paraná Brasil, 2009.

DORIGON, C.; RENK A. Juventude rural e reconversão produtiva rumo a produtos de qualidade diferenciada. In: RENK, A.; DORIGON, C. (orgs). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**: características da população e dos domicílios; resultados do universo, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**: características da população e dos domicílios; resultados do universo, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em 13 de setembro.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. **Psicologia e Contextos rurais**. Editora da EDFRN, Natal, RN, 2013.

LIMA, S.; VIEIRA, L.; CASTRO, A. M.; SARMENTO, E. Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural, Brasília: **MDA, NEAD** Estudos, 2013.

MANSANO, S. R. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, p. 110-117, 2009.

NASCIMENTO M. L.; COIMBRA, C. M. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, A. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. M. B. (Org.). **Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde**. Niterói, RJ: EDUFF. 143-153, 2008.

PASSOS, E.; KASTRUP, V. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 391-413, 2013. Disponível: <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922013000200011>. Acesso em 13 de set. de 2016.

PAULILO M. A **Pesquisa Qualitativa e a História de Vida**, 2008. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm. Acesso em 21 de jun. 2015.

PLOEG, J.D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agricultura: experiências em agroecologia**, n.1. Rio de Janeiro, Cadernos de debate: AS-PTA, 2014.

SCOPINHO, R.A. Políticas públicas e o lugar do jovem no mundo. In: COUTINHO, M.C., FURTADO, O.; RAITZ, T.R (Orgs). **Psicologia Social e trabalho: perspectivas críticas**. V.1 Florianópolis: ABRAPSO, 2015.

SIQUEIRA. L.H.S. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. Dissertação de mestrado UFRGS Porto alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2004.

SPANEVERELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2008.

SPANEVERELLO, R. M.; LAGO, A.; CHRISTOFARI, L. F.; ANDREATTA, T. As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: RENK, A.; DORIGON, C. (orgs). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2002.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2009.

Recebido em 5/11/2018. Aceito: 5/12/2018.



Sobre os autores e contato:

Vanessa de Souza - Psicóloga, Mestranda no curso de pós-graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

E-mail: wa-nessasouza@unochapeco.edu.br

Irme Salete Bonamigo- Psicóloga, pós-doutora pela UFRJ, doutora em psicologia social pela UERJ, professora do Programa Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e do Curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: bonamigo@unochapeco.edu.br

Olivia Tenutti de Oliveira Rossoni - Psicóloga, Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: olivia-viva@hotmail.com